

Política

CORRUPÇÃO

A lei do "toma-lá-dá-cá" irritou tanto alguns deputados que eles resolveram abandonar os cinco anos e só votar em quatro para Sarney. Para salvar a situação, o governo garante que não troca votos por cargos. Mas já trocou seu líder no Senado.

E o governo jura sua honestidade

A lei do "toma-lá-dá-cá", em vigor especialmente para o caso de definição do mandato do presidente José Sarney, provocou ontem uma baixa na relação dos que apóiam os cinco anos: Caio Pompeu de Toledo (PMDB-SP) anunciou seu afastamento da tese de mandato de cinco anos para Sarney por causa das exigências de cargos. Segundo a nota divulgada pelo constituinte, alguns líderes do Centrão estão exigindo cargos para votar os cinco anos, e como não possui cargo no governo e não vê a vida pública como um balcão de trocas, se vê obrigado a afastar-se da tese dos cinco anos.

A troca de apoio por cargos foi violentamente criticada ontem pelo centrista Roberto Jefferson (PTB-RJ), afirmando que o Centrão dos cargos não é o seu nem do Afif Domingos nem do Ricardo Fiúza, e muitos outros. Segundo Jefferson, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, deu ao presidente José Sarney uma imagem irreal do Centrão.

Para tentar neutralizar esse tipo de reação, o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, que anteontem havia considerado "natural" a lei do "toma-lá-dá-cá" e que "o presidente prestigie mais a sua base de sustentação", ontem garantiu que o governo não patrocina esse tipo de método e que o presidente Sarney não tem compromisso com isso.

Contradizendo a informação da véspera, quis explicar até que Sarney expediu um memorando a todos os ministros recomendando que quaisquer novas contratações na administração federal se limitem àqueles casos de "extrema necessidade de serviço".

Disse que a orientação é para durar enquanto a Constituinte estiver reunida. Para Costa Couto, "o memorando fala mais do que qualquer outro argumento" — mas esqueceu-se de que as denúncias não falam de novas contratações, mas de substituição nos cargos públicos de pessoas indicadas por políticos "infiéis" por outras indicadas por "fiéis".

O ministro afirmou que a ordem do presidente é muito clara: os cargos federais só podem ser preenchidos segundo os critérios da confiança, probidade e competência. "Isso vem ocorrendo desde 15 de março de 85. E vai ser assim até o final."

Ao ser indagado sobre um dossiê que o governo federal teria preparado para tentar destruir o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo — que estaria isolado em seu Estado e que só chama Sarney de "o corrupto do Planalto" — Costa Couto aparentou surpresa e pediu maiores informações aos repórteres. Depois, disse não estar a par do assunto e insistiu em dizer que Sarney proibiu qualquer tipo de discriminação contra qualquer Estado.

Novo líder

Com a principal tarefa de convencer os

constituintes a votar num mandato de cinco anos, o senador Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS), do Centrão, foi convidado ontem pelo presidente Sarney para exercer a função de líder do governo no Senado, substituindo Fernando Henrique Cardoso. A decisão do presidente de escolher um homem de sua confiança para o cargo ocorreu no mesmo dia em que o senador Fernando Henrique fez um duro discurso sobre a crise do governo. "O governo do presidente Sarney só tem sido criticado e agora ele quer um elemento que possa defendê-lo das críticas", afirmou o senador Saldanha Derzi.

Segundo o senador, o presidente lhe

disse que há vários meses já estava pensando em escolher um representante fiel do governo junto ao Senado e ele acredita que o discurso do senador Fernando Henrique Cardoso contribuiu bastante para que o presidente tomasse a decisão. "Como eu sou amigo do presidente, apoio o governo e apoio um mandato de cinco anos, eu aceitei o convite para ajudá-lo na defesa do seu governo", acrescentou.

Sobre a sua principal tarefa — a de convencer os constituintes a votarem um mandato de cinco anos — o senador Saldanha Derzi disse que isto será feito apenas através do diálogo e "com conversas ao pé-do-ouvido". "O próprio presidente Sarney

me disse que não vai dar cargo a ninguém em troca de votos", enfatizou o novo líder. Saldanha Derzi — o novo porta-voz do governo, como ele próprio definiu — admite que há um clamor por eleições diretas este ano, mas há também manifestações a favor de um mandato de cinco anos. "O povo está sendo condicionado pelo trabalho da imprensa, que só fala em quatro anos", concluiu.

O senador Saldanha Derzi recebeu a convocação do presidente Sarney para comparecer ao Palácio do Planalto no início da tarde, pouco depois do inflamado discurso do senador Fernando Henrique Cardoso. Numa audiência de meia hora, no final da

tarde, ele recebeu todas as instruções sobre como proceder na defesa do governo. O próximo passo do novo líder do governo no Senado será a escolha dos seus vice-líderes, tarefa que ele considera fácil. "Já que o presidente tem apoio da maioria na Constituinte".

Reconsideração

A persistência da crise econômica pode levar os constituintes paranaenses que assinaram a emenda Matheus Iensen, em favor do mandato de cinco anos, a votarem pelos quatro anos. A reconsideração do voto já foi admitida por pelo menos quatro deputados do Centrão no Paraná: Paulo Pimentel (PFL), Sérgio Spada, José Tavares e Ervin Bonkoski, do PMDB. "Se o quadro de hoje permanecer, com inflação em torno de 15%, a opinião pública vai exigir que votemos nos quatro anos", disse ontem José Tavares.

De acordo com o deputado — um dos que o governador Álvaro Dias convenceu a assinar a emenda Iensen —, "a questão do mandato está intimamente ligada à inflação". Ele lembrou, por exemplo, que no auge do Plano Cruzado as articulações políticas visavam a dar ao presidente um mandato de seis anos. "Eu considero difícil, mas se o governo conseguir recuperar a economia, retoma o crédito junto à opinião pública".

Já o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon declarou que "o presidente Sarney cometeu um grande equívoco ao não aceitar o parlamentarismo como seu sistema de governo". Após encontro de mais de duas horas com o presidente, ontem em Brasília, a convite de Sarney, Simon disse que se o presidente estivesse governando no sistema parlamentarista, a maioria dos problemas enfrentados pelo País hoje teria sido evitada.

O governador Simon disse que Sarney está muito magoado com as denúncias nos jornais de que os constituintes estão trocando votos de apoio aos cinco anos e ao presidencialismo por benesses e empregos. O governador disse que, pessoalmente, nunca recebeu nenhum pedido de Sarney para que apóie os cinco anos — o que faz espontaneamente. Simon declarou que no encontro que teve com a bancada do Rio Grande do Sul na Constituinte, apenas expôs sua posição de defesa dos cinco anos e do parlamentarismo, mas não fez qualquer pressão.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, voltou a defender ontem a realização de plebiscito popular para a definição da duração do mandato do presidente José Sarney. Amato, que falou à imprensa após se reunir com o ministro da Fazenda, Mafelsson da Nóbrega, em Brasília, também disparou farpas aos constituintes, afirmando que a demora em se promulgar a Constituição ocorre em virtude "dos fisiologismos e interesses particulares dos deputados".

Quércia e Ivo, contra o "lobby" do Planalto.

A palavra de ordem do governador Orestes Quércia ontem no Palácio dos Bandeirantes a prefeitos e lideranças da Frente Municipalista Nacional foi de pressão aos constituintes dos vários Estados que trabalham na elaboração da nova Carta Constitucional. O governador paulista convocou os municipalistas a comparecerem a Brasília no dia em que estiverem sendo votados os projetos de interesse dos municípios, especialmente os referentes à reforma tributária, para pressionar os deputados a aprovarem a proposta da Comissão de Sistematização, que beneficia a distribuição de renda aos municípios.

Quércia chegou a denunciar aos integrantes do movimento municipalista que a presença maciça de todos nos dias dessas votações será importantíssima porque, segundo ele, há emendas de inspiração do Planalto que, se apresentadas e aprovadas, prejudicarão os interesses dos municípios e Estados na reforma tributária. "A nova distribuição de renda aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte é produto do esforço que estamos fazendo há muitos anos, visando o fortalecimento dos municípios, para que haja melhores condições de atendimento das populações especialmente nas áreas da saúde e da educação", afirmou o governador.

Quércia deixou bem claro que a palavra de ordem é mesmo pressão contra os deputados: "Estamos iniciando a organização de um movimento que visa exercer pressão legítima e democrática de convencimento. Primeiro para que se vote logo a Constituição; segundo, para que seja resguardada a



Quércia

Pedro Ivo

proposta da Comissão de Sistematização; e terceiro, para que se aprove uma das emendas que determina que os tributos passem a vigorar a partir deste ano, permitindo a descentralização em favor dos Estados e Municípios".

A estratégia aconselhada pelo governador paulista aos integrantes da Frente Municipalista — que ontem teve aproximadamente 50 representantes no Palácio dos Bandeirantes — tem também um outro caminho: Quércia sugeriu aos municipalistas que pressionem os constituintes também em seus Estados para que votem de acordo com seus interesses. Os deputados são, na opinião do governador, muito sensíveis às reivindicações dos prefeitos, vice-prefeitos e dirigentes de sociedades municipalistas. Esse contingente é a base de campanha eleitoral dos deputados. Por isso, Quércia acredita que, a partir de pressões também

nos Estados, os constituintes acabarão cedendo à aprovação das questões relacionadas à distribuição de renda dos municípios.

O governador Pedro Ivo, de Santa Catarina, participou também da reunião dos municipalistas e defendeu a agilização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Ele disse que a partir desse momento os governadores devem agir no sentido de orientar prefeitos e lideranças municipais para sensibilizar os constituintes sobre a real necessidade de aprovar o projeto que melhor atenda às necessidades financeiras das administrações dos municípios brasileiros.

A ação dos municipalistas, segundo observou Pedro Ivo, não irá ferir princípios ideológicos e políticos dos parlamentares. Na sua opinião, os governadores possuem a autoridade de poder apelar e conchamar a que todos os deputados constituintes se dediquem integralmente à aprovação da nova Constituição porque "esse é o reclamo popular e o maior anseio da sociedade brasileira". Ele lembrou ainda aos municipalistas que todo esforço deve ser feito na Constituinte para que seja aprovado projeto que beneficie ao máximo os municípios e aconselhou os integrantes do movimento e se empenharem nesse aspecto, mesmo sabendo que estão em fim de mandato. Argumentou que deixará a seus sucessores benefícios para melhor atender aos desejos das comunidades das cidades brasileiras.

Valgênio Rangel